

RANHURAS FOUCAULTIANAS: NOTAS SOBRE A NOÇÃO DE DISCURSO PARA A INVESTIGAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Wagner Nobrega Torres ¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir inquietações teóricas mobilizadas por contribuições do pensamento de Michel Foucault entendidas como potentes em investigações/pesquisas acerca das políticas (públicas) educacionais. Nesses termos, debruça-se sobre parte da vasta obra do autor, sobretudo a *Ordem do Discurso*, e de autores que discutem diferentes temáticas a partir de seus trabalhos. É defendido que essa obra, assim como demais trabalhos de Foucault, pode proporcionar operadores analíticos/teóricos para investigarmos disputas em torno da produção de políticas educacionais. Isso se deve principalmente ao fato de como Foucault e outros autores, apoiados nele, concebem o discurso. É argumentado que a densidade e a complexidade das questões alusivas às práticas discursivas, assim como a abordagem delas a partir de reflexões que ultrapassam o campo meramente linguístico do discurso potencializam as análises das relações (sociais/políticas/de poder) constitutivas e constituídas das/nas/pelas políticas educacionais em múltiplos contextos.

Palavras-chave: Foucault; discurso; políticas educacionais.

FOUCAULTIAN GROOVES: NOTES ON THE NOTION OF DISCOURSE FOR RESEARCHING EDUCATIONAL POLICIES

Abstract

This article aims to discuss theoretical concerns mobilized by contributions from Michel Foucault's thought understood as powerful in investigations/research on (public) educational policies. In these terms, it focuses on part of the author's vast work, especially the *Order of Discourse*, and authors who discuss different themes based on their works. It is argued that this work, as well as other works by Foucault, can provide analytical/theoretical operators to investigate disputes surrounding the production of educational policies. This is mainly due to the fact that Foucault and other authors, supported by him, conceive discourse. It is argued that the density and complexity of the questions alluding to discursive practices, as well as their approach based on reflections that go beyond the merely linguistic field of discourse, enhance the analyzes of the constitutive and constituted relations (social/political/power) of/ in/by educational policies in multiple contexts.

Keywords: Foucault; discourse; educational policies

¹ Doutor em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



1. Introdução

Escrever é sempre um desafio. Desafio porque estamos inscritos numa rede de relações que de certa forma nos condiciona e nos interdita (Foucault, 2009); talvez porque tenhamos uma pretensão de contemplar determinados assuntos e explorar determinadas temáticas quando não fizemos, ainda, incursões mais profundas e complexas nesses universos; talvez porque esperemos que a nossa escrita tenha determinada finalidade, ainda que sempre sujeitas a reinterpretações e a traduções que podem engendrar finalidades outras nas e para as quais não pensávamos; talvez porque somos receosos de que nossas apropriações e problematizações acerca de certo autor ou certa teoria sejam equivocadas e imprecisas.

Por outro lado, pode ser também um exercício relevante haja vista que situamos nossa escrita como provisória e contingente. Provisória porque ela não se mantém inalterada e uma vez que a submetemos a leituras outras e a críticas de leitores ela se torna passível de ser modificada e (re)apropriada. Contingente, pois a escrita depende de nossas relações atuais com os espaços-tempos em que estamos inscritos social e institucionalmente, além das leituras que temos e as discussões que neles/por eles foram possíveis de serem constituídas.

Assim, é considerando essa e nessa tensão constante da escrita – desafio e exercício – que nos propomos a debruçar sobre uma das obras de Michel Foucault, a saber, *A Ordem do Discurso*. Queremos, desse modo, nos afastar da pretensão de dar conta da fertilidade do pensamento desse autor que mesmo nesse livro de poucas páginas problematiza temáticas complexas que podem desdobrar-se em diversas leituras. Ademais, sugerimos não isolar Foucault a esse livro e tentar – num “desafio-exercício” – relacioná-lo a outros escritos seus. Até porque o caráter desse livro – a aula inaugural no *Collège de France* – suscita a imbricação que o próprio autor faz com seus diversos outros trabalhos/pensamentos.

A obra de Foucault pode, ainda, proporcionar potentes operadores analíticos para a investigação acerca de disputas e negociações em torno da produção de políticas públicas, por exemplo, as educacionais. Questões alusivas às práticas discursivas, assim como a abordagem delas a partir de reflexões que ultrapassam o campo meramente linguístico do discurso, potencializam as análises das relações (sociais/políticas/de poder) constitutivas e constituídas das/nas/pelas políticas educacionais em múltiplos contextos. Nesse movimento, o convite foucaultiano para desconfiarmos das coisas aparentemente naturais, mas que foram socialmente naturalizadas, interrogarmos práticas – nessas as discursivas, por exemplo – nas e pelas quais estamos inscritos/somos atravessados e pensarmos a constituição de nossa própria escrita, pode constituir um investimento analítico complexo e denso no/para o estudo das políticas (públicas) educacionais.

Sendo assim, não cabe fazermos um resumo do livro ou mesmo objetivarmos definir o que Foucault teria ou não dito; não nos move aqui procurar qualquer possibilidade de argumentação nas entrelinhas (Veyne, 1998); não nos impulsiona a intenção de esgotar ou categorizar o pensamento

de Foucault por esse escrito. Antes, pretendemos refletir sobre as contribuições desse autor para a análise de discursos tecendo singelas linhas incompletas e contingentes concernentes a isso.

Assim, o exagero aparente nessas linhas iniciais quando abordamos Foucault não se trata da inocência de posicionarmos seus textos como absolutos e verdades incontestáveis. O próprio autor nos sugere a crítica, combatendo as certezas e tudo aquilo que é situado como plena verdade. Estamos cientes de que existem críticas ao seu pensamento e que em certo sentido corroboram para complexidade dos seus trabalhos. Encarar seu pensamento como oportuno e fértil para analisarmos determinadas ações, práticas e acontecimentos, não o cristaliza, mas, pelo contrário, nos possibilita dessacralizar o conhecimento e indagar a respeito de nossas prováveis convicções.

Nesses termos, convidamos o leitor a também fazer essa incursão – de certo limitada nesse trabalho – às reflexões desse autor. Aqui, apenas nos ateremos a arranhar e fazer ranhuras nessa complexidade que é a obra de Foucault, no esforço de costurar algumas ideias, a partir da leitura de *A Ordem do Discurso*, que possam ajudar a pensar potentes percursos investigativos acerca dos múltiplos processos relacionais constituídos/constitutivos das políticas (públicas) educacionais.

2. A noção de discurso: implicações potentes para a investigação das políticas educacionais

Como supramencionado é impossível abordar qualquer escrito de Foucault sem nos remetermos e dialogarmos com outros trabalhos dele. Dividir esse autor em gerações ou mesmo em categorias é empobrecer o leque de possibilidades existentes em seu pensamento. Dessa maneira, ao darmos ênfase a determinadas problematizações realizadas por Foucault não estamos excluindo outras, mas buscando relacioná-las a outros questionamentos.

Para nós não existe o Foucault do poder, do saber ou do sujeito, senão reflexões filosóficas que atravessam e tornam complexas/densas todas essas categorias. Assim, inicialmente na obra que selecionamos é possível interpretar que Foucault perpassa por essas áreas à medida que vai abrangendo inicialmente a inquietude do discurso.

[...] inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; inquietude de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades (Foucault, 2009, p. 8).

Foucault, então, sinaliza para condições que atravessam e são constitutivas e constituídas do/no/pelo discurso. O poder, o saber e a própria

construção do sujeito estão imbricados ao discurso. A materialidade é constitutiva do discurso. Não se trata apenas de linguagem, mas de pensar que na própria construção discursiva as relações de saber-poder entre os sujeitos estão presentes e que integram a formação deles.

Desse modo, a essencialidade dos sujeitos é posta em xeque na medida em que o sujeito que age sobre as coisas a um só tempo sofre a ação delas. Não há como separar poder, saber e sujeitos se esses estão social e processualmente relacionados. Abranger o discurso, nessa perspectiva sugerida por Foucault, é não dissociar essas categorias, senão analisá-las de modo conjunto e concebê-lo como “[...] monumentos, o que implica operar sobre os ditos, sobre a superfície dos textos, sem buscar um suposto significado subjacente à sua materialidade; eles terão sentido a partir de sua exterioridade, e não a partir da lógica interna dos seus enunciados” (Sommer, 2007, p. 59).

Nesse sentido, Foucault pretende se desvencilhar da análise de um discurso restrito ao âmbito da linguagem e o considera como jogo, como arena de luta em que há materialidade; em que o discurso é uma prática social, envolvendo ação. Com efeito, essa concepção de discurso permite analisarmos as práticas sociais, interrogando a construção dos domínios de saber. É na associação entre a análise do discurso e na assunção de uma concepção de conhecimento que é forjado nas práticas sociais que Foucault suscita uma reelaboração da teoria do sujeito.

A essencialidade do sujeito é questionada de modo mais contundente, assim como a ideia de que sua posição independe do espaço e do tempo em que esteja inscrito, quando Foucault (2009, p. 9) assevera que “não se tem o direito de dizer tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Isso permite atentarmos para o fato de que uma análise acerca de determinada política – em nossa preocupação específica, as políticas educacionais – é essencial nos debruçarmos sobre as circunstâncias da produção discursiva; as relações de saber-poder que estão em disputa nessa produção; as negociações e interdições que esse discurso sofre e que pretende exercer.

Nesse sentido, a análise das relações de saber-poder entre os sujeitos em disputa nessa arena de luta que é o discurso tende a promover complexidade à investigação da constituição das políticas de currículo. Nesse sentido, Foucault (2005) argumenta:

[...] em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência (Foucault, 2005, p. 179- 180).

É pertinente ressaltar que o discurso é uma arena de luta, de embates porque os sujeitos intentam se apoderar dele (Foucault, 2009). É a partir dos discursos que domínios do saber são estabelecidos e que determinados sistemas são inventados. Nesse sentido, regras são constituídas e constitutivas de determinadas práticas. Essas definições, com efeito, são resultadas de embates, de conflitos e de negociações mediante condições de possibilidades.

O discurso, então, se inscreve nesse espectro de lutas e investigá-lo implica focar as condições de possibilidades que permitiram dizer o que foi dito e ver o que foi visto em relação a determinadas práticas em um dado espaço-tempo. Mergulhar na investigação das práticas e das experiências integra o conjunto de preocupações da análise de um discurso. Ao argumentar a respeito do poder que é o discurso, Foucault faz alusão à discussão da loucura, questão que é tratada com maior profundidade em sua obra da década de 1960, intitulada *História da Loucura* (Foucault, 2008a). O referido autor analisa que:

[...] o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula, não acolhida, não tendo verdade nem importância, [...]; pode ocorrer também, em contrapartida, que se lhe atribua, por oposição a todas as outras, estranhos poderes, o de dizer uma verdade escondida, o de pronunciar o futuro, o de enxergar com toda ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros não pode perceber. (Foucault, 2009, p. 10-11).

Pensemos e analisemos essa afirmação do autor, não para “captar” quaisquer dizeres nas “entrelinhas” ou para citá-la apenas e achar que isso por si só encerra a questão. Consideremos as possibilidades de pensar, a partir do que Foucault escreve, sobre a naturalização dos discursos e das verdades que são estabelecidas por intermédio dela. Desconfiar do que é dito e do que certo discurso tenta tornar visível.

A loucura, por exemplo, em diferentes momentos, em diferentes espaços e tempos é concebida de modos distintos. Não existe, portanto, a loucura no sentido de universalidade e atemporalidade. Os acontecimentos são datados e, portanto, históricos, relacionados, processuais e imbricados com as condições de possibilidades de determinados tempo e espaço. Interrogar as possibilidades em que cada prática discursiva está inscrita faz parte do exercício de analisar os discursos. Com efeito, onde há naturalidade e obviedade, Foucault nos auxilia a atentar ao fato de que nada é alheio ao tempo e ao espaço. Nem sempre, por exemplo, o lugar do louco foi no hospício (Foucault, 2008a). Com efeito, os conceitos são construções inscritas em relações de saber-poder.

Além disso, Foucault inquieta-nos a respeito da questão da verdade e sobre os motivos que nos levam a pensar o que pensamos. A verdade aqui como condição de possibilidade (Foucault, 2008b). Mas, o que implica assumir essa perspectiva? Implica em conceber a verdade inscrita em regimes. Ou seja, determinado conteúdo é estabelecido pela sociedade em condições de possibilidades. Não existe uma essência da verdade e sim ela é concebida numa

construção sócio-histórica. Investigar o funcionamento de determinados regimes de verdade contribui para análises que visam se debruçar sobre a permanência de certos discursos e seus efeitos, por exemplo, em torno das políticas (públicas) educacionais.

Foucault, assim, indaga os discursos e suspeita das palavras, propondo analisar os discursos nas práticas. As palavras, nesse sentido, nem sempre foram usadas para dizer as mesmas coisas. Por isso para percebermos a relação entre elas e seus regimes é condição *sine qua non* que investiguemos as práticas, não para sabermos o porquê, mas como funciona; não para descobrirmos a verdade, senão para desnaturalizarmos o ato de descrever e a aparente neutralidade nisso.

Abordando a palavra *louco*, Foucault (2009, p. 12) chama atenção para pensarmos “[...] em todo o aparato de saber mediante o qual deciframos essa palavra; [...]”. O discurso também institui e molda determinadas práticas. A palavra *louco* institui, portanto, a separação entre o que é ou não racional em certo regime de verdade; designa uma gama de práticas de sujeitos reunida artificialmente a partir de um determinado lugar. Nossa preocupação quando analisamos os discursos em torno da produção de políticas de educação pode ser investigá-los nessa perspectiva discursiva.

Esse conjunto de regras inscrito em regimes de verdade se apóia em instituições. Determinadas instituições garantem a legitimidade de certos discursos simultaneamente ao movimento de excluir outros, deslegitimando-os. Talvez seria um movimento recíproco, pois ao mesmo tempo em que as instituições tendem a garantir a permanência da legitimidade de determinados discursos esses asseguram a sobrevivência delas. A legitimidade de determinados discursos de verdade é reforçada na medida em que determinadas práticas, para se afirmarem, recorrem a esses discursos. A autoridade de determinadas práticas é reconhecida quando apoiada a certos discursos de verdade. Acerca disso, Foucault (2009) põe em suspeição que:

[...] essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. [...] penso ainda na maneira como um conjunto tão prescritivo quanto o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade. (Foucault, 2009, p. 18-19).

O excerto possibilita pensarmos, a partir e por intermédio dele, a questão da legitimidade conferida a determinados discursos de verdade. Percebermos e encararmos que tais discursos, mesmo os científicos, não são inquestionáveis, infalíveis ou mesmo absolutos é condição para investigarmos as práticas

discursivas. Porém, essa infalibilidade conferida a tal discurso é tecida/entrelaçada por relações de saber-poder atreladas a práticas políticas, econômicas e sociais. Certos discursos – como, por exemplo, o penal e/ou educacional – só se mantêm mediante a sujeição a um discurso de verdade. Isso permite pensarmos a lógica dos discursos em torno da produção das políticas educacionais uma vez que a autoridade desses pode depender da sujeição a um discurso de verdade pedagógico.

Há, assim, interdições em nossa sociedade. Não temos o direito de dizer tudo, nem falar de tudo em qualquer circunstância e nem qualquer um pode falar de qualquer coisa. Essas questões estão imbricadas a prática discursiva, formando uma complexa rede de relações entrecruzadas. A produção do discurso político, por exemplo, está permeada dessas interdições. Assim, se alguém diz algo em algum momento não significa que será ouvido. Ser ouvido aqui está relacionado ao que em certo regime é dizível ou não. A atribuição de legitimidade a determinada fala está condicionada a vinculação dessa a um regime de verdade.

Determinados discursos tendem a funcionar como suporte para a criação de mecanismos de manutenção de certos regimes de verdade. Nesse sentido, a criação de métodos, de sistemas de valorização material ou ainda de espaços institucionais tendem a excluir outros saberes e simultaneamente reforçar certos regimes de verdade. Esses regimes estabelecem os códigos das coisas de modo que outros saberes não identificados nesses códigos tendem a serem classificados como irrelevantes. Muito possivelmente, esses mesmos saberes em outros códigos, autorizados e legitimados por outro regime, tenham uma validade reconhecida. Pensar nessas possibilidades tende a adensar as análises que se pode fazer sobre os processos constitutivos/constituídos das políticas educacionais, seja na dinâmica de produção, na de difusão e na de avaliação.

A “vontade de verdade” seria, então, uma das regras de interdição que atua nos discursos, limitando-os. Por meio de um arsenal de livros, bibliotecas e instituições, delimita o que pode ou não ser dito. Estabelece, assim, regras de *dizibilidade* e *visibilidade*. Ou seja, aquilo que não é compartilhado com essas regras é excluído e/ou anulado. As fronteiras são definidas entre o que é verdadeiro e o que é falso; entre o que é relevante e o que não é. A verdade legitimada pelas instituições é a única que nos é oferecida e autorizada. Essa é aceita como inquestionável e em certo sentido passa a ser naturalizada. Foucault, então, propõe que encaremos isso como uma construção social e não como algo natural.

Além do que, o lugar, com efeito, de onde partem os discursos e seu momento não devem ser negligenciados. Não é gratuito o lugar nem mesmo o momento em que determinado discurso é enunciado. Problematicar os espaços em que os discursos partem, circulam e se legitimam é interrogar as condições de possibilidades de tais discursos; é questionar a naturalização de um discurso; é concebê-lo como uma produção datada. Assim se tal produção é considerada como datada e “acontecimental” é passível de ser investigada, pois seus

caracteres universal, estável e permanente passam a serem concebidos como construções sociais e não como elementos inerentes e irrevogáveis.

Foucault rejeita – em articulação com Nietzsche – no processo interpretativo, captar uma essência das coisas. Esta entendida e criticada como o lugar, o momento em que a pureza, a verdade “não-contaminada” das coisas residiria. A origem última das coisas que contém a verdade é, portanto, alvo das críticas de Foucault, propondo que desconfiemos dos regimes de verdade, inclusive de regimes de produção de verdade na própria história.

Nesse sentido, se há essência das coisas elas são construções, invenções produzidas por meio de relações sociais, políticas e de poder num determinado momento e num espaço de confrontação. A essência, a verdade e a origem são fabricações e não algo ahistórico, atemporal como se fossem metafísicos. O afastamento de uma interpretação que valorize a busca da origem é atentar para o fato de que não existe algo em si e/ou algo que tenha guardado em si, independentemente da exterioridade, “o embrião” das coisas; é promover uma interpretação que desnaturalize as coisas (Foucault, 2000b).

Outro conjunto de procedimentos que segundo ele é interno ao discurso é o comentário, a noção de autor e as disciplinas científicas. Assevera que tais procedimentos “[...] funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso” (Foucault, 2009, p. 21). O que discutiu inicialmente nessa aula inaugural foi um conjunto de procedimentos externos ao discurso que “(...) põe em jogo o poder e o desejo” (Foucault, 2009, p. 21). Contudo, esses “procedimentos internos” do discurso não estão dissociados dos “externos”, sendo dimensões correlacionadas do discurso.

A genealogia do acontecimento longe de ser uma tentativa de desvendar a verdade por trás das coisas permite analisar elementos que se articulam em sua construção; é considerar a história a partir das circunstâncias que permitiram determinadas construções sociais (Foucault, 2000a; Rago, 2004). Abre espaços até então fechados das características sutis e desdobra a unidade aparentemente fechada e encerrada numa universalidade, em múltiplas articulações que a tornaram possível. Provoca também um incômodo no que parecia acomodado e uma agitação no que antes poderia ser encarado como homogêneo. O que está aparentemente posicionado como objetivo é resultado também da subjetividade.

Desse modo, um acontecimento não é um simples efeito de uma causa anterior ou mesmo um anúncio do futuro, mas um espaço de luta ou mesmo uma arena de luta. Nele, várias possibilidades estão em disputa e há tentativas contínuas de fixar regras e estabelecer regimes de verdade que elejam uma das possibilidades e a fixem como sendo a única possível. É no jogo de forças que determinados valores são fixados e que certos conhecimentos são validados. Isso, a partir dos embates entre os sujeitos e não de algo inerente aos sujeitos. As regras não são estabelecidas *a priori* entre os sujeitos, mas “inventadas” e

fixadas em embates violentos. Por serem violentas e marcadas por relações de saber-poder, as fixações serão provisórias e contingentes.

O discurso do verdadeiro, então, possui características coercitivas na medida em que tenta restringir e selecionar a incorporação de novas ideias e de novos entendimentos. Dizer algo que não esteja em consonância com o discurso do verdadeiro é se colocar numa exterioridade, fora de certo paradigma. As regras desse discurso buscam impor o que são verdades e mentiras. Assim, mesmo que algo possa ser verdade sobre determinado objeto ou acontecimento, a não “obediência” a essas regras implica em sua rejeição. Nesse sentido, para que tal verdade seja encarada verdadeira é preciso a criação de um novo conjunto de regras e de códigos que a inscreva no terreno do verdadeiro; a criação, talvez, de um novo ou de uma atualização de paradigma. O aparecimento, portanto, de qualquer discurso fora desse discurso do verdadeiro é controlado e condicionado (Foucault, 2009).

Por conseguinte, Foucault (2009, p. 36) identifica e problematiza outra dimensão coercitiva do discurso, a saber, “as condições de seu funcionamento”. Essas condições são impositivas e restringem o acesso dos indivíduos a tal discurso. Ou seja, nem todos os sujeitos são/estão autorizados a enunciarem determinados discursos, senão pela submissão a um conjunto de definições pré-estabelecidas. Não obstante, essa submissão necessita de um aval de grupos sociais que estabelecem determinadas definições e sistemas de restrições. Segundo Foucault (2009, p. 39), “o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (...); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; [...]”.

Assim sendo, os discursos constitutivos das políticas educacionais, por exemplo, estão associados a essa prática ritualística, pois fixa e define quem fala, o que fala e como se fala. Foucault chama atenção ainda para o fato de que a profusão de informações e a publicação dos discursos presentes em nossa sociedade não excluem a possibilidade da existência de certa *sociedade do discurso*. Isso porque determinados discursos, mesmo sendo aparentemente divulgados, possuem características que são exclusivas de determinadas comunidades específicas. Tais *sociedades* restringem a apropriação desses discursos, tornando-os exclusivos. Definem e exigem a qualificação que os sujeitos devem possuir para enunciá-los de maneira legítima. Alguns exemplos disso seriam “[...] o segredo técnico ou científico, as formas de difusão e de circulação do discurso médico, os que se apropriam do discurso econômico ou político” (Foucault, 2009, p. 41).

Ademais, outro aspecto no qual podemos atentar é a *apropriação social dos discursos*. Nessa está inscrita – segundo Foucault – a educação. Essa não apenas em sua dimensão pedagógica, como também política. No âmbito educacional podem circular diferentes discursos, mas como esses discursos são enunciados, legitimados e apropriados, e nessas apropriações, confirmados ou modificados, sugerem investigações que interroguem os poderes e saberes em jogo nesse espaço específico.

Sendo assim, o espaço educacional sugere que um número significativo de sujeitos tem acesso a diferentes discursos. Contudo – em proposição – tende a ser uma esfera social que submete os sujeitos às regras desses discursos, como um mecanismo de rarefação dos sujeitos, o que não significa que todos os sujeitos se apropriem da mesma maneira desses discursos, tampouco que sejam esses discursos distribuídos da mesma forma. Dependem, então, das relações de saber-poder presentes no ato da apropriação dos discursos, assim como das condições de possibilidades que são histórico-sociais.

O sistema educacional seria, com efeito, uma maneira de sujeitar os indivíduos a certos discursos e definir quem fala o quê; seria um espaço em que atuam os procedimentos de sujeição do discurso. Segundo Foucault (2009, p. 44) tais procedimentos – *os rituais da palavra; as sociedades do discurso; os grupos doutrinários e as apropriações sociais* – não estão dissociados, mas “se ligam uns aos outros e constituem espécies de grandes edifícios que garantem a distribuição dos sujeitos que falam nos diferentes tipos de discursos por certas categorias de sujeitos”.

A proposta convidativa de Foucault passeia pelos caminhos da filosofia de modo a não os eternizar, tampouco cristalizá-los, mas, sobretudo, questioná-los, interrogá-los e por que não, sacudi-los. Em hipótese, o autor lança o questionamento de que a filosofia talvez teria reforçado determinadas limitações e exclusões. Segundo ele, “em primeiro lugar, propondo uma verdade ideal como lei do discurso e uma racionalidade imanente como princípio de seu desenvolvimento [...]”. Depois, “por uma denegação que recai desta vez sobre a realidade específica do discurso em geral” (Foucault, 2009, p. 45, 46). A discussão que Foucault sinaliza aqui é a do caráter de imanência do sujeito ou do sujeito absoluto discutido e problematizado em outros escritos dele. Ou seja, como se a filosofia reforçasse que há nas coisas códigos a serem decifrados pelos sujeitos e traduzidos em significações eternas. O sujeito – universal e absoluto – teria a capacidade de instituir sentidos que seriam apenas explicados. Haveria uma origem escondida e guardada, pronta para ser desvendada. Na perspectiva da filosofia criticada por Foucault (2009) isso não se sustenta, uma vez que o sujeito

[...] para além do tempo, funda horizontes de significações que a história não terá senão de explicitar em seguida, e onde as proposições, as ciências, os conjuntos dedutivos encontrarão, afinal, seu fundamento. Na sua relação com o sentido, o sujeito fundador dispõe de signos, marcas, traços, letras. Mas, para manifestá-los, não precisa passar pela instância singular do discurso. (Foucault, 2009, p. 47).

O discurso, então, nessa concepção filosófica criticada por Foucault não seria uma arena de luta na qual os sujeitos disputam, historicamente datado e condicionado. Mas, seria como algo universal e atemporal que agregaria um conjunto de palavras que guardaria em si seu significado pronto para ser explicitado, elucidado. Ao se contrapor a essa concepção, Foucault a considera como uma tentativa de interdição e supressão da descontinuidade dos discursos;

como maneira de limitar e controlar a proliferação dos diferentes discursos em dessemelhantes temporalidades; como um esforço em apagar ou combater as marcas de irrupção e de luta dos discursos.

Segundo Foucault, a psicanálise teria sido a primeira a questionar o caráter “sagrado” conferido ao sujeito. Seu postulado absoluto foi posto em xeque por essa prática (a psicanálise). Não obstante, o sujeito, ainda, permanece com certa essencialidade. Desse modo, é necessário que este seja investigado e problematizado como construído no interior dos embates e das relações históricas (Foucault, 2008b). Que sua formação, portanto, seja encarada como contingente, provisória e fraturada.

Assim, não há no sujeito a origem da verdade histórica, porque ela simplesmente – enquanto algo puro – inexistente. A verdade é construída, inventada. Dessa maneira, ao propor estudar a história das práticas judiciais, por exemplo, Foucault insiste na concepção de que a verdade não existe enquanto uma origem embrionária das coisas, mas que é forjada e seu estatuto; é garantido por relações de poder. Diante disso, há formas de verdade que são estabelecidas na relação do sujeito com os objetos; a partir das práticas sociais.

Na interrogação e na desconstrução do sujeito, Foucault dialoga constantemente com Nietzsche. Busca neste filósofo, aspectos que proporcionam sustentação a seus argumentos. Em Nietzsche há a dessacralização profunda do sujeito; o abandono radical de um sujeito do conhecimento que preexiste. O conhecimento e por extensão o sujeito são inventados (*Erfindung*) e não possuem uma origem (*Ursprung*) pré-estabelecida. A poesia, a religião e o ideal não preexistem e sim foram inventados. Portanto, não cabe ao pesquisador ter como escopo alcançar a solenidade das origens das coisas, senão analisá-las como foram fabricadas a partir das relações de poder inscritas nas práticas sociais (Foucault, 2000a).

Nesse sentido, Foucault sugere uma série de preocupações com as quais nós podemos relacionar-nos, enquanto pesquisadores. Cabe ressaltar, no entanto, que ele não intenta estabelecer um método ou um receituário procedimental. Antes, destaca inquietudes que fazem e que fariam parte na problematização e tessitura de suas investigações e pesquisas durante os anos de sua atuação no *Collège de France*. Inquietudes essas que, de atrevimento, nos aventuramos a refletir pensando na produção das políticas educacionais, esboçando provisórias linhas concernentes a essas preocupações, num exercício e esforço de pensar a partir delas.

As preocupações com as quais Foucault se prende nessa obra são: o princípio de *inversão*, de *descontinuidade*, *especificidade*, *exterioridade*. Nenhuma dessas preocupações se desenvolve isoladamente. As problematizações realizadas por Foucault tendem a abarcar o conjunto desses princípios.

O primeiro princípio, assim sendo, atenta para a desconfiança e a suspeita que podem integrar o trabalho de análise de uma pesquisa. É fundamental, “reconhecer (...) o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso”

(Foucault, 2009, p. 52). Suspeitar, então, das aparentes continuidades e naturalidades dos discursos, assim como de uma origem embrionária deles.

Associado ao primeiro, o princípio de *descontinuidade* permite pensarmos a respeito dessa rarefação dos discursos inscrita em práticas descontínuas. Essa descontinuidade “trata-se de censuras que rompem o instante e dispersam o sujeito em uma pluralidade de posições e de funções possíveis” (Foucault, 2009, p. 58). Não existe por trás desses discursos um grande discurso ilimitado, atemporal e ahistórico que vamos descortinar. Podem existir ou não cruzamentos entre os discursos. Contudo, esses não são dados *a priori*, mas construídos no bojo das relações sociais de saber-poder. É nesse sentido, portanto, que está imbricado o princípio da *especificidade*. Ou seja, não há um mundo prévio que temos que decifrar. “Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos as coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso” (Foucault, 2009, p. 53).

Ao conceber o discurso dessa maneira, Foucault destaca que as análises devem incorporar também a investigação da *exterioridade*. As condições de possibilidades de emergência dos discursos e suas construções de regularidades são necessárias ao trabalho de uma pesquisa que se debruce sobre determinado tema a partir do discurso. Destarte, os discursos configuram-se como práticas descontínuas que não possuem significação prévia e sofrem interferência das condições de possibilidades de um determinado tempo e espaço societário. A análise, assim, das práticas sociais não-discursivas é necessária na medida em que os discursos produzem efeitos e esses interferem sobremaneira nas próprias condições de possibilidades.

A partir e por meio dessas considerações, Foucault questiona os pressupostos de um modo de fazer história que privilegia a longa duração e a tentativa de fixar uma origem embrionária dos acontecimentos; critica a relação causa e efeito construída por uma determinada perspectiva de análise histórica e sua linearidade. Questionar esse horizonte da história é delimitar os fundamentos de sua análise dos discursos.

Foucault se preocupa em defender uma história que se interesse pelos acontecimentos e suas rupturas. Nesse caso, o acontecimento tem para esse autor uma relevância significativa na construção de seus procedimentos analíticos do discurso uma vez que os discursos emergem nessa rede de inter-relações plurais, dispersas e heterogêneas numa dada realidade histórico-social. Além disso, nos acontecimentos, concebidos em sua materialidade e casualidade, estão presentes os embates, os conflitos e as negociações que atravessam e configuram os discursos. Conceber, então, o discurso como acontecimento implica em considerar os elementos de ruptura, descontinuidade e casualidade (Fischer, 2001).

No caminho espinhoso de sua “fala” nessa obra (Foucault, 2009) que no mínimo nos mobiliza certo desconforto é pertinente atentarmos para o que o autor nos chama atenção acerca dos operadores teóricos que fazem parte de sua análise, a saber, o conjunto *crítico* e o *genealógico*. Nesses grupos de análises – não dissociados – o autor procura reiterar suas propostas sinalizadas

ao longo de sua aula, formulando pistas para possíveis empreendimentos analíticos de pesquisas; possibilidades de temáticas e problematizações. Esse primeiro conjunto abrange acentuadas preocupações atreladas ao exercício do pesquisador, principalmente no que tange a tarefa de:

[...] procurar cercar formas de exclusão, da limitação, da apropriação [...]; mostrar como se formaram, para responder a que necessidades, como se modificaram e se deslocaram, que força exerceram efetivamente, em que medida foram contornadas (Foucault, 2009, p. 60).

Esse horizonte analítico tende a ressaltar o foco no *como* se dá o funcionamento e nesse as interdições das práticas discursivas. Em hipótese alguma há a pretensão em encontrar possíveis sentidos ocultos pelo discurso, mas de reativar/perturbar as regras que pretendem conduzir ao controle do discurso.

Outrossim, o outro conjunto sublinha como essas práticas “se formaram, através, apesar, ou com o apoio desses sistemas de coerção, séries de discursos; qual foi a norma específica de cada uma e quais foram suas condições de aparição, de crescimento, de variação” (Foucault, 2009, p. 60, 61). Há relações de poder que coexistem na sociedade. Assim sendo, analisar as práticas discursivas é se debruçar sobre como se formam, como se estabelecem, são mantidas, aceitas e modificadas na relação com os sujeitos e com as demais práticas não-discursivas. Tais preocupações sugerem implicações mais aprofundadas acerca de como se configuram e se difundem as políticas educacionais, atentando para suas múltiplas e coexistentes dimensões constitutivas.

3. Considerações finais e perspectivas tanto necessárias quanto possíveis

A análise que podemos exercer a partir das proposições de Foucault é extremamente relevante na medida em que confronta a universalidade de um sentido. Abre significativas frentes de batalha em relação àquilo que é concebido como atemporal e ahistórico. Mobiliza pensarmos acerca dos próprios regimes de verdade nos quais estamos imersos. Com efeito, o que pode ser encarado como universal, atemporal e ahistórico faz parte de regimes de verdade que são construídos e mantidos no bojo das relações de saber-poder. Não há como analisar o discurso sem considerar suas condições de possibilidades histórico-sociais.

O discurso, então, não é meramente um conjunto de letras, palavras e frases, mas configura-se como uma arena de luta e de negociação em que estão inscritas relações de saber-poder. O caráter linguístico não dá conta da complexidade que é o discurso na perspectiva de Michel Foucault. Os sujeitos não são “blindados” às práticas discursivas, senão atravessados por elas. São constituídos a partir dessa relação que estabelecem com tais práticas. É com e

nessas práticas que os sujeitos são forjados. Contudo, não se trata de uma constituição única e permanente. Antes, essa relação é constante e contingente. O sujeito universal, pronto e acabado não existe nessa concepção. A própria sociedade, nesses termos, é uma construção histórica perpassada por essas práticas.

Sendo assim, constitui uma abordagem que considera que as instituições tendem a conferir a determinados discursos um estatuto de legitimidade e autoridade sobre as coisas. Diante de qualquer coisa dita e escrita transitoriamente, busca-se atrelá-la e localizá-la, por meio de mecanismos (como o comentário, por exemplo), a um discurso já dito a fim de conferi-la legitimidade ou não. O que é aleatório tende a ser capturado por certo discurso e controlado por ele.

O questionamento dos sistemas de regras nos quais estamos inseridos ou ao menos em parte deles é condição, então, para investigarmos as práticas. Ou seja, quando escrevemos sobre determinado assunto estamos inscritos num conjunto de regras que nos interdita e interfere naquilo que redigimos. Desvencilhar-nos ou afastar-nos disso envolve um esforço e um exercício contínuo que pode fazer parte da atividade de pesquisa. Interrogar as possibilidades que permitem estabelecer o que é verdadeiro ou falso é uma ferramenta suscitada por meio dessa leitura.

Empreender, então, no desenvolvimento da pesquisa em torno das disputas entre os atores e grupos sociais na produção de políticas educacionais uma análise que considere os três sistemas de exclusão do discurso, a saber: os externos ao discurso – o interdito, a partilha da razão e da loucura e a vontade de verdade; internos ao discurso – o comentário, o autor, as disciplinas teóricas; exclusão dos sujeitos falantes – rituais da palavra, sociedades de discurso, doutrinas e apropriações sociais, pode ser um caminho profícuo no estudo dessa temática.

Além disso, potencializa o entendimento de que os documentos produzidos pelas e nas políticas educacionais tendem a possuir uma intenção de reorganizar os sistemas de percepção e de ordem da realidade social e, por isso, não podem, com exclusividade, traduzir as práticas. Assim, tais práticas – irreduzíveis aos discursos devido à sua exterioridade e especificidade – precisam ser compreendidas relacionando-as com outras, de natureza diferente, e que constituem os domínios não discursivos: instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos.

Ainda, torna fértil considerar que o conhecimento difundido por tais políticas educacionais tende a ser o resultado dos embates entre os sujeitos e não algo que está na natureza humana; na constituição instintiva do sujeito ou num espaço científico dotado de neutralidade. Isso implica adotar a concepção nietzschiana que Foucault assume para problematizar o sujeito e a própria historicidade do conhecimento. A relação entre a natureza humana e o mundo é construída e não existe *a priori*. Assim, conhecer não é perceber e revelar um conhecimento que já se encontra pronto nas coisas a serem conhecidas. O conhecimento sobre as coisas, então, é inventado a partir das relações de poder.

Como o conhecimento sobre as coisas a serem conhecidas é forjado na relação, no embate inscrito nas práticas sociais, ele é provisório e contingente.

Com a apropriação de Nietzsche por Foucault torna-se potente considerar a problematização do que possibilitaria a invenção do conhecimento em torno dos processos de produção das políticas de educação. Ter em conta a existência de uma arena constante de disputas em que a estabilidade – o conhecimento sobre o objeto – é momentânea. As relações de poder presentes no âmbito dessa arena de conflitos permitem esse caráter provisório do conhecimento.

Nesse aspecto, Foucault conclui que se intentamos interrogar o conhecimento é fundamental analisarmos essas relações de poder (Foucault, 2008b). Advoga a pertinência, assim sendo, de interpelar os domínios do saber por intermédio da análise das forças e das relações de poder no espaço societário. As condições econômicas, políticas e sociais não atuam no sujeito comprometendo seu acesso à verdade embrionária. Antes, elas formam o sujeito do conhecimento e abarcam as relações de verdade. Com isso, a verdade não existe *em-si*, mas é criada e pode ser reinventada.

Destarte, é relevante atentarmos para o fato de que a partir dessas concepções de Foucault, a própria historicidade dos processos produtivos das políticas de educação pode ser valorizada. Tais reflexões ajudam a investigar e compreender que a configuração atual das políticas educacionais não adveio de um progresso contínuo e linear, tampouco de uma origem embrionária; que as disputas no campo da produção dessas e de outras políticas públicas estão imbricadas a relações sociais múltiplas. O presente não é resultado final e acabado de uma reunião de acontecimentos anteriores constituintes. Provoca e sugere pensarmos no passado como um lugar de acontecimentos, de emergência e de procedência, a partir de correlações de forças em conflito. Com isso, a própria noção de continuidade linear – muito possivelmente já naturalizada – pode ser concebida como uma construção, a partir de relações saber-poder que visam silenciar outras forças em disputa. As propostas pedagógicas/educacionais, balizadas numa suposta cientificidade incontestável, podem ser analisadas como construções sociais; como acontecimentos.

Dessa maneira, a própria leitura de um documento forjado no bojo das políticas educacionais tende a ser condicionada por interdições nas quais o discurso faz parte. A análise do discurso – numa apropriação possível da perspectiva de Foucault – intenta problematizar, desse modo, as práticas sociais que envolvem a produção de determinado documento de política educacional, identificando disputas constantes que existem no campo das políticas públicas. Consideramos que os documentos são resultados provisórios e contingentes, pois os embates e as negociações são constantes. Cabe, então, investigarmos propostas educacionais, não para situá-las como únicas expressões de toda a política, mas como relevante no processo de análise das disputas inscritas no campo das políticas públicas.

Desse modo, acerca da prática discursiva que constitui uma materialidade é coerente percebermos que na trama de relações discursivas atinentes, por exemplo, às políticas educacionais, criam-se exclusões; constroem-se regimes

de verdade (Chartier, 2002). São essas verdades fabricadas que intentam anular outras forças inscritas na arena conflituosa das práticas político-sociais. A própria ciência como enunciadora da posse da verdade das coisas tem sua constituição política, pois sua validade quase incontestável é forjada e mantida nessas relações de poder na sociedade. As regras constituídas e constitutivas das políticas educacionais servem ao processo de legitimação da verdade. Foucault, portanto, provoca uma inquietude que nos sugere a desconfiarmos e suspeitarmos dos regimes de produção de verdades, como os das políticas (públicas) educacionais, pois para que as coisas não sejam encaradas como um fim último se torna (sempre) necessário estranhá-los.

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. A quimera da origem. Foucault, o Iluminismo e a Revolução Francesa. In.: **À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: EdUFRGS, 2002, p. 123-150.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a Análise do Discurso em Educação. **Cadernos de Pesquisa**. nº 114, p. 197 – 223, nov. 2001.
<https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009>.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19ª ed. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. 8ª ed. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2008a.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas – Primeira Conferência. In.: FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU/PUC-RJ, 2008b, p. 7-27.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 21 ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a Genealogia, a História (1971). In.: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos II**. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense, 2000a, p. 260 – 281.

FOUCAULT, Michel. Retornar à História (1972). In.: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos II**. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense, 2000b, p. 282 – 295.

RAGO, Margareth. **Foucault, História & Anarquismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.



SOMMER, Luís Henrique. A Ordem do Discurso escolar. **Rev. Bras. de Educação**. V. 12, nº 34, p. 57 – 67, jan./abr. 2007.
<https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100005>.

VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. In.: **Como se escreve a história**. 4ª ed. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: EdUnB, 1998, p. 237-285.

Recebido em: 26 de novembro de 2024.

Aceito em: 09 de maio de 2025.

Publicado em: 27 de setembro de 2025.